

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.349 - MS (2019/0302586-8)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : HUGO BENICIO BONFIM DAS VIRGENS E OUTRO**  
**ADVOGADOS : HUGO BENÍCIO BONFIM DAS VIRGENS - MS009287**  
**ALAN SAMPAIO - MS016876**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**  
**PACIENTE : ELCIO ALVES COSTA (PRESO)**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Élcio Alves Costa**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que denegou o *Habeas Corpus* n. 50009884720194030000 (fls. 62/63):

**HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO "NEPSIS". ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CONTRABANDO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.**

O paciente foi preso preventivamente por força de decisão proferida no bojo da operação policial denominada NEPSIS, instaurada para investigar um suposto esquema de corrupção envolvendo as Forças de Segurança Pública no Estado do Mato Grosso do Sul (em especial PRF, PM e Polícia Civil), visando à facilitação de contrabando de cigarros.

Apurou-se que a organização criminosa teria criado "corredores logísticos de passagem" em rotas por ele delimitadas nas rodovias do Estado do Mato Grosso do Sul, com a finalidade de assegurar a passagem de cargas de cigarros contrabandeados, contando com uma complexa estrutura.

O paciente, que foi identificado através das interceptações telefônicas como "neguinho", é policial civil e teria repassado informações e negociado propina com os contrabandistas "IRMÃO" e "BUGUINHO", desempenhando, dessa forma, a função de "garantidor-pagador" dentro da organização criminosa.

Trata-se de organização criminosa estruturalmente organizada e composta por muitos agentes com funções pré-determinadas (patrões, gerentes de logística, policiais garantidores pagadores, policiais garantidores, gerentes auxiliares, batedores, motoristas e olheiros), que, mediante freqüente corrupção de policiais, teriam criado denominados "corredores logísticos" com a finalidade de escoar o produto do contrabando e assim garantir o sucesso da empreitada delitiva. Ressalte-se, ainda, o longo período em que as atividades ilícitas vêm se desenvolvendo, a existência de diversas bases operacionais e escritórios administrativos e o poderio econômico dessa organização.

Há, portanto, elementos concretos que evidenciam o risco à ordem pública, diante da possibilidade de perpetuação das práticas delitivas e da gravidade concreta da conduta.

Além disso, a prisão preventiva revelou-se indispensável para assegurar a aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal, havendo indícios de atuação da organização criminosa no Paraguai, onde haveria uma base

# Superior Tribunal de Justiça

operacional, o que, segundo a autoridade impetrada, seria um facilitador à fuga.

As alegadas condições pessoais favoráveis, como primariedade, residência fixa e ocupação lícita, não constituem circunstâncias garantidoras da liberdade provisória, quando demonstrada a presença de outros elementos que justificam a medida constritiva excepcional.

O feito vem se desenvolvendo em ritmo compatível com a sua complexidade, não restando configurada desídia do Juízo ou do órgão acusatório.

A garantia constitucional da razoável duração do processo não é absoluta, devendo ser flexibilizada de acordo com a complexidade do feito, sempre à luz do princípio da razoabilidade. Na esteira desse entendimento, os prazos procedimentais previstos na lei não são peremptórios e sua dilação, dentro dos limites razoáveis, é justificada diante das peculiaridades do caso concreto.

Ordem denegada.

**Na espécie, é inviável aferir a existência de aludida ilegalidade, pois a exordial não veio acompanhada de cópia da decisão que decretou a prisão preventiva e da decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória.**

Como é cediço, o *habeas corpus*, ação constitucional de natureza mandamental destinada a afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, tem, em razão de seu escopo, natureza urgente, e por essa razão, não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações, a qual deve ser trazida no momento do seu ajuizamento, cabendo o ônus da instrução ao impetrante, em especial, quando se tratar de advogado (STF - AgRg no HC n. 103.240/RS, Ministro Ayres Britto, Segunda Turma, DJe 29/3/2011; HC n. 107.350/RS, Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 19/5/2011; STJ - HC n. 197.183/RJ, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 30/06/2011; STJ - HC n. 119.702/PE, Ministra Jane Silva (Desembargadora Convocada do TJ/MG), Sexta Turma, DJe 2/3/2009).

Ante o exposto, nos termos do artigo 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial do *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator